

**CÂMARA MUNICIPAL DE AVEIRO**

**EDITAL N.º 76 /2014**

**JOSÉ AGOSTINHO RIBAU ESTEVES, PRESIDENTE DA CÂMARA  
MUNICIPAL DE AVEIRO:**

Faz público, que por seu despacho de 7 de novembro de 2013, foram delegadas e subdelegadas competências na Chefe de Divisão de Gestão Urbanística, Sónia Vieira Pires Pereira, que por lapso só agora se publicitam.

Para constar e devidos efeitos, se lavrou o presente edital e outros de igual teor, que vão ser afixados nos lugares de estilo.

Aveiro, 28 de novembro de 2014,

O Presidente da Câmara Municipal de Aveiro,

  
(José Agostinho Ribau Esteves, eng.º)



## CERTIDÃO

ISABEL MARIA REIS FERNANDES, funcionária desta Câmara Municipal de Aveiro:

**CERTIFICO** que afixei hoje, nos lugares públicos do costume, um exemplar do **Edital Nº 76/2014** que antecede, o qual é composto por 2 páginas.

Por ser verdade, passo a presente certidão que assino e autentico com o selo branco em uso nesta Entidade.

Aveiro, 2 de Dezembro de 2014

A funcionária,

Isabel Fernandes



**Câmara Municipal de Aveiro**

**DESPACHO**  
**DELEGAÇÃO E SUBDELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS – 2013/2017**  
**(DIVISÃO DE GESTÃO URBANÍSTICA)**

Ao abrigo das competências próprias que me estão legalmente atribuídas, das que me foram delegadas pela Câmara Municipal de Aveiro e considerando as competências genéricas atribuídas aos titulares de cargos dirigentes, pelo artigo 15.º da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto e a possibilidade de delegação e de subdelegação, prevista no artigo 5.º do mesmo diploma e atentas as atribuições específicas que incumbem à Divisão de Gestão Urbanística, tal como resultam do artigo 7.º da Estrutura Flexível da Organização dos Serviços Municipais do Município de Aveiro (publicada pelo Despacho n.º 2318/2013, na 2.ª Série do DR, n.º 28 de 08.02.2013), e, ainda, o disposto nos artigos 35.º a 41.º do Código do Procedimento Administrativo, delego/subdelego na Exma. Sr.ª Chefe da Divisão de Gestão Urbanística, **Arquiteta Sónia Vieira Pires Pereira**, as seguintes competências:

1. Admitir ou rejeitar as comunicações prévias previstas no n.º 4 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro (na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 177/2001, de 4 junho, retificado pela Declaração de Retificação n.º 13-T/2001, de 30 de junho, Lei n.º 15/2002, de 22 de fevereiro, Lei n.º 4-A/2003, de 19 de fevereiro, Decreto-Lei n.º 157/2006, de 08 de agosto, Lei n.º 60/2007, de 4 de setembro, Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, Decreto-Lei n.º 116/2008, de 4 de julho, Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março, Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro e Decreto-Lei n.º 266-B/2012, de 31 de dezembro), adiante designado por RJUE, ao abrigo do n.º 2 do artigo 5.º citado diploma;
2. Conceder autorizações de utilização dos edifícios ou suas frações, bem como alterações da utilização dos mesmos, nos termos previstos no n.º 5 do artigo 4.º e n.º 3 do artigo 5.º do RJUE;
3. Dirigir a instrução de todos os procedimentos previstos no RJUE, nos termos previstos no n.º 2 do artigo 8.º, do mesmo diploma;
4. Decidir todas as questões de ordem formal e processual que possam obstar ao conhecimento de qualquer pedido ou comunicação apresentados, designadamente as respeitantes ao saneamento e apreciação liminar, proferindo despacho de aperfeiçoamento do pedido ou rejeição liminar, nos termos do n.º 10 do artigo 11.º do RJUE;
5. Emitir os alvarás para a realização das operações urbanísticas, ao abrigo do disposto no artigo 75.º do RJUE;
6. Promover e assinar todas as notificações e comunicações previstas no RJUE e dirigidas aos requerentes, de acordo com o previsto no artigo 121.º do RJUE, necessárias ao bom e eficaz andamento dos procedimentos, com possibilidade de delegação na Eng.ª Graça Maria Diogo





**Câmara Municipal de Aveiro**

Marques, designada Coordenadora dos Serviços Administrativos da Divisão de Gestão Urbanística, ao abrigo do n.º 3 do artigo 16.º da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto;

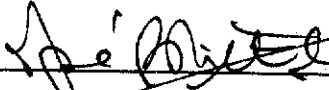
7. Exercer as competências de entidade coordenadora no âmbito dos procedimentos regulados pelo Decreto-lei n.º 169/2012, de 1 de agosto (diploma que cria o Sistema de Indústria Responsável, designado, abreviadamente por SIR), designadamente as previstas no n.º 7 do artigo 13.º e no n.º 4 do mesmo artigo daquele diploma.

O presente despacho produz efeitos a partir da presente data.

Afixe-se, nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 37.º do Código do Procedimento Administrativo (aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442/91, de 15 de novembro, na sua atual redação).

Aveiro, 07 de novembro de 2013.

O Presidente da Câmara Municipal de Aveiro,

  
(José Agostinho Ribau Esteves, eng.)

